

A DIALÉTICA ENTRE CAUSALIDADE E TELEOLOGIA A PARTIR DO TRABALHO SEGUNDO GYÖRGY LUKÁCS

THE DIALECTICS BETWEEN CAUSALITY AND TELEOLOGY FROM THE WORK ACCORDING TO GYÖRGY LUKÁCS

Aldenir Costa da Silva Junior

Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, Brasil. Email: aldenir.junior2011@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1072-6369>

Resumo: O projeto lukacsiano de elaboração de uma ética resultou no estabelecimento de uma ontologia do ser social. Dentre as categorias abordadas pelo autor nesse campo de seu pensamento, chamamos a atenção para as noções de causalidade e teleologia. Embora estes conceitos se mostrem como inconciliáveis para um olhar imediato, Lukács argumenta que existe uma articulação entre eles através da práxis do ser social. Essa relação se mostra possível a partir do trabalho e de seus pores teleológicos realizados pelo ser humano. Para reforçar o seu posicionamento, o autor busca apontar para equívocos em pensamentos de filósofos anteriores no que diz respeito a concepções sobre o curso da história e seu suposto caráter teleológico. Tal postura é assumida na intenção de defender a tese de que a teleologia somente se efetiva verdadeiramente no âmbito do ser social.

Palavras-chave: Lukács. Ontologia. Trabalho. Causalidade. Teleologia.

Abstract: The Lukacsian project of elaborating an ethics resulted in the establishment of an ontology of the social being. Among the categories addressed by the author in this field of his thought, we draw attention to the notions of causality and teleology. Although these concepts are shown to be incompatible for an immediate look, Lukács argues that there is an articulation between them through the praxis of social being. This relationship is possible from the work and its teleological acts performed by the human being. To reinforce his position, the author seeks to point out misunderstandings in the thoughts of previous philosophers with regard to conceptions about the course of history and its supposed teleological character. Such a stance is taken with the intention of defending the thesis that teleology is only truly effective within the scope of the social being.

Keywords: Lukács. Ontology. Work. Causality. Teleology.

INTRODUÇÃO

Dentre os intelectuais marxistas que produziram e desenvolveram ideias durante o século XX, o filósofo húngaro György Lukács (1885-1971) se destacou devido ao seu esforço em resgatar os elementos ontológicos presentes no pensamento marxiano. Enquanto corrente de pensamento, o marxismo apresentou dentro de si uma intensa pluralidade de perspectivas que, mesmo girando em torno das teses do materialismo histórico-dialético de Marx, possuíam diferenças marcantes entre si, principalmente do ponto de vista da interpretação dos fundamentos filosóficos presentes na teoria do pensador alemão. Enquanto alguns intelectuais concebiam que o pensamento da maturidade de Marx havia se afastado de suas influências filosóficas, sobretudo aquelas de natureza hegeliana, Lukács defendia a perspectiva de que toda as afirmações marxianas, ainda que tardias, sempre possuíram um viés ontológico, uma vez que tais teses sempre se dirigiam a um determinado tipo de ser (Lukács, 2012, p. 298).

Foi somente nos anos finais de sua vida que Lukács trabalhou na elaboração de uma obra na qual estariam expostas as suas teses e considerações acerca dos aspectos ontológicos do pensamento marxiano, bem como sobre as suas próprias concepções acerca das categorias mais gerais da existência e da atividade humanas. Tal escrito foi intitulado *Para uma ontologia do ser social* (1969) e serviria, dentro do projeto filosófico do autor, como uma grande introdução preparatória para a redação de uma *Ética*. Apesar de não ter conseguido levar adiante esse empreendimento e concluí-lo, o filósofo nos deixou um escrito de grande relevância para a investigação e o entendimento de fenômenos próprios da sociedade capitalista.

Em sua ontologia, Lukács buscou organizar a sua argumentação em quatro momentos que abordam categorias, conceitos e questões diretamente ligados aos desafios enfrentados pelos seres humanos em sua existência e vida social. O ponto de partida adotado pelo autor corresponde à categoria que, em sua visão, é o princípio fundante da sociabilidade humana e essência para a manutenção da existência de todos os indivíduos: o trabalho (Lukács, 2013, p. 44). O caminho percorrido por Lukács segue adiante com o capítulo correspondente à categoria da reprodução, atravessando a seção sobre a ideologia e por fim desemboca nas reflexões sobre o fenômeno histórico-social do estranhamento. Em cada uma dessas partes, o pensador desenvolve uma infinidade de reflexões sobre variados aspectos da vida social humana, recorrendo em todo instante à tradição filosófica que precedeu o seu pensamento.

Para o desenvolvimento da presente discussão, nos concentraremos especificamente em uma questão levantada pelo autor no capítulo sobre o trabalho em sua ontologia, a saber, a relação entre causalidade e teleologia. Nesse momento, Lukács busca explorar como ambas se articulam

conjuntamente nas cadeias de movimento existentes na realidade. Se por um lado os acontecimentos que se apresentam na objetividade natural são oriundos de uma causalidade espontânea, por outro lado os fatos que ocorrem no meio social humano obedecem a outras motivações, uma vez que são mediados pela ação do ser social. Para a correta compreensão da relação dialética entre essas instâncias de movimento, o filósofo busca elucidar a real natureza da teleologia, afastando-a de concepções idealistas e finalistas que lhe conferiam um grau de objetividade alheio ao agir humano (Lukács, 2013, p. 48).

DISTINÇÃO ENTRE CAUSALIDADE ESPONTÂNEA E CAUSALIDADE POSTA

A sucessão dos acontecimentos que ocorrem na realidade, a relação entre eles e suas causas foram objetos de reflexão para incontáveis pensadores ao longo da história da filosofia. Dentre esses intelectuais, Aristóteles (384-322 a.C) pode ser considerado como um precursor fundamental no entendimento teleológico da realidade. Seus estudos voltados à compreensão dos seres vivos o levaram a interpretar a história como um campo de desenvolvimento finalístico. Ainda no início de sua *Ontologia*, Lukács afirma que

É conhecido o fato de o irresistível finalismo atuante no mundo orgânico ter fascinado a tal ponto Aristóteles – cujo pensamento foi sempre e profundamente influenciado pela atenção que ele dedicava à biologia e à medicina – que o fez atribuir, no seu sistema, um papel decisivo à teleologia objetiva da realidade (Lukács, 2013, p. 48).

Uma das principais contribuições dadas pelo filósofo macedônio foi a relevância dada à noção de causalidade. Essa categoria se mostrou essencial para a compreensão filosófica da realidade e de sua imanente dinamicidade. No próprio pensamento aristotélico o conhecimento das causas é elevado ao nível de critério para a ciência, tal como sistematizado em sua filosofia primeira: “Está claro que precisamos obter conhecimento das causas primeiras porque é quando pensamos compreender a sua causa primeira que reivindicamos conhecer cada coisa particular” (Aristóteles, 2012, 983 a1 23-25). Na *Metafísica*, o pensador empreendeu uma investigação que resultou na exposição dos princípios que giram em torno da existência dos entes, levando em consideração desde a matéria que os compõem até os elementos que podem causar a sua geração e sua corrupção:

Ora, há quatro tipos reconhecidos de causa. Destes, afirmamos que um deles é a essência ou natureza essencial da coisa (uma vez que o “porquê” de uma coisa é, em última instância, reduzível à sua fórmula, e o porquê em última instância é uma causa e princípio); outro é a matéria ou substrato; o terceiro [tipo de causa]

é o princípio do movimento; e o quarto é a causa que se opõe a isso, nomeadamente a finalidade ou “bem” (Aristóteles, 2012, 983 a1 25-32).

Nota-se aqui a ênfase dada pelo filósofo ao entendimento da causalidade na compreensão do real. Nesse contexto, se sustenta a compreensão de que certas propriedades dos objetos particulares são efeitos necessários de causas que lhes anteriores. Sua teoria das quatro causas figurou como alicerce ao longo dos séculos vindouros para as discussões acerca da relação causal na dinamicidade do mundo. Destaquemos, por exemplo, a argumentação desenvolvida na modernidade por David Hume (1711-1776) que criticou de maneira radical e incisiva a relação causal entre os fatos a partir de seus pressupostos empiristas:

Quando olhamos para os objetos ao nosso redor e consideramos a operação das causas, não somos capazes de identificar, em um caso singular, nenhum poder ou conexão necessária, nenhuma qualidade que ligue o efeito à causa e torne o primeiro uma consequência infalível da segunda [...] Não há na realidade nenhuma porção de matéria que revele, por suas qualidades sensíveis, qualquer poder ou energia, ou que nos dê razões para imaginar que poderia produzir alguma coisa ou ser seguida por qualquer outro objeto que pudéssemos denominar seu efeito (Hume, 2004, p. 98).

Aproximando-se de uma perspectiva cética, o filósofo escocês questiona a veracidade da relação causal entre os fatos ao postular que não existem evidências concretas no plano sensorial que sejam capazes de fornecer ao entendimento plena certeza da necessidade supostamente existente entre os fenômenos e suas causas. No entanto, não nos ocuparemos aqui em explorar com a devida profundidade tais aspectos da doutrina aristotélica e do pensamento de Hume. O que nos interessa é compreender que a problemática da causalidade apresenta considerável relevância nas discussões filosóficas até a contemporaneidade.

Para o correto entendimento das dinâmicas que se apresentam na realidade, faz-se necessária a compreensão de como as cadeias causais de acontecimentos se desenrolam na objetividade natural e na sociedade. Para Lukács, há na natureza uma causalidade espontânea e natural (Lukács, 2013, p. 49), composta pelos acontecimentos que ocorrem na objetividade ainda não transformada pelo ser humano. Tomemos como exemplos o fluxo das águas de um rio que em determinado momento desemboca em uma cachoeira e um fruto que cai ao solo, partindo-se e servindo de alimento para pequenos animais. Em ambas as situações, a sucessão de acontecimentos seguiu uma linha causal espontânea e que não foi mediada pela ação de nenhum ser consciente. Ou seja, não foram fatos que ocorreram com o propósito de satisfazer a necessidade ou a intenção de nenhum sujeito. A própria dinamicidade da natureza e de seus fenômenos físicos desencadeou tais ocorrências sem nenhuma pretensão finalística.

Seguindo o mesmo raciocínio, o autor defende a existência de uma causalidade posta e pertencente especificamente ao âmbito social e do agir humano. Nessa instância de dinamicidade, as cadeias de acontecimentos não têm seu ponto de partida na espontaneidade e nos fenômenos puramente físicos, mas sim em ações individuais teleologicamente orientadas. Para exemplificar, pensemos em um sujeito que exerce a atividade da docência. Em uma de suas aulas, sua exposição motiva os alunos a buscarem conhecer novas obras literárias. Podemos perceber que a ação do professor pôs em movimento uma cadeia causal de acontecimentos no que diz respeito às atitudes de seus alunos. Esse tipo de causalidade parte da decisão e da ação subjetiva, diferentemente daquela de tipo natural que se constitui a partir de movimentos livres e espontâneos que são frutos das diversas relações entre os entes que se manifestam na realidade.

Torna-se clara a percepção de que, embora se tratem de formas de causalidade, estamos lidando aqui com duas instâncias que se apresentam em níveis distintos da realidade. Enquanto na objetividade natural pouco transformada pela ação humana, ou até mesmo intocada por ela predomina uma causalidade espontânea e independente de uma consciência, na objetividade socialmente construída se mostra com maior força a causalidade posta, essencialmente teleológica. Ambas se referem à relação necessária entre fatos que ocorrem, no entanto, a diferença crucial aqui se posiciona no ponto de partida de cada um desses tipos de causalidade.

Lukács caracteriza a causalidade posta como resultado dos pores teleológicos¹ realizados pelo ser social. Através de suas ações conscientes, os seres humanos criam novas objetivações² que, por sua vez, colocam em movimento novas cadeias causais de fatos. Nesse sentido, a causalidade posta se desvela como uma manifestação material da teleologia exercida pelo ser social: “com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico” (Lukács, 2013, p. 48).

Sendo assim, a teleologia no pensamento de Lukács se mostra como uma categoria ontológica essencial, presente nos mais diversos campos da vida social humana. Os pores teleológicos perpassam desde o trabalho até os mais variados campos de ação presentes na sociedade. Tudo isso aponta para a relevância ontológica da consciência humana, reforçando o

¹ No pensamento lukacsiano, a categoria do pôr teleológico apresenta uma importância fundamental para a compressão da sociabilidade humana. Em seu entender, a práxis dos indivíduos de modo geral tem como modelo esse procedimento no qual, a partir de uma prévia ideação, o ser humano é capaz de agir sobre a realidade com vistas a um determinado fim. Para maior aprofundamento nesse aspecto, consultar o capítulo I de *Para uma ontologia do ser social*, especificamente aquele localizado no volume II.

² A categoria “objetivação” (*vergegenständlichung*) em Lukács se refere à produção exclusivamente humana de objetos a partir de uma pré-figuração na consciência de um sujeito que se converte em uma transformação teleologicamente orientada da natureza.

fato de que esta não se constitui como um epifenômeno³ (Lukács, 2013, p. 62), mas sim como um elemento essencial para a atividade do ser social sobre a natureza e sobre si mesmo, tal como afirma Lopes:

Trata-se aqui do papel ativo da consciência. Nesse sentido podemos afirmar, com Marx e Lukács, que ela tem um papel decisivo no devir do ser social. Portanto, com o trabalho e suas decorrências a consciência humana deixa de ser, no sentido ontológico, um epifenômeno e passa a integrar o seu devir histórico, pois ela define o fim, escolhe os meios e realiza a ação e, nesses atos, ela se apresenta como órgão de decisão, sendo esta função ontológica que a torna algo além de um epifenômeno. Daí porque o homem não apenas se adapta (ativamente) ao meio, mas o transforma, modificando-se também a si próprio, tornando-se ser social (Lopes, 2006, p. 33).

Por meio de ações teleologicamente orientadas, o ser humano põe em movimento a realidade socialmente construída por meio do trabalho, criando e recriando a todo momento os objetos necessários para a manutenção de sua existência. A criação de novas objetivações é algo própria da causalidade posta pelo ser social, pois, como já vimos, tal instância de movimento necessita de uma consciência que realize uma prévia ideação daquilo que será posto na objetividade. Não é possível constatar que no meio natural intocado pela ação humana exista a produção de qualquer tipo de objetivação, uma vez que os fatos que ocorrem nesse âmbito não são frutos de pores intencionais de uma consciência. Veremos adiante considerações feitas por Lukács acerca da argumentação de Hegel em favor da existência de uma teleologia na história e no mundo objetivo exterior ao homem.

TELEOLOGIA E HISTÓRIA NO PENSAMENTO HEGELIANO

É possível compreender a partir da exposição lukacsiana que a existência de uma causalidade posta depende necessariamente da existência do ser social, uma vez que apenas este tipo de ser é capaz de decidir racionalmente quais serão suas ações a partir da interpretação dos dados que lhe são apresentados da realidade (Lukács, 2013, p. 48). A causalidade natural espontânea, enquanto movimento em si mesmo, se encontra desvinculada de uma consciência e se apresenta a todo instante na natureza sem que haja a necessidade de ações realizadas por algum sujeito. Nesse contexto, em sua ontologia, Lukács chama a atenção para o fato de que alguns

³ A concepção da consciência enquanto epifenômeno se constitui como um ponto de vista que compreende a mente humana enquanto um produto de processos fisiológicos que ocorrem no sistema nervoso, tendo ela pouca capacidade de interferência no comportamento e nas ações dos indivíduos, uma vez que estes são determinados por elementos externos aos sujeitos, como fatores ambientais por exemplo.

pensadores anteriores acabaram por formular concepções equivocadas sobre a causalidade posta e seu caráter teleológico, tal como asseverado por Lopes:

No entanto, menciona Lukács, grandes filósofos com imenso interesse pelo ser social, como é o caso de Hegel que, apesar de ter apreendido o caráter teleológico do trabalho, não o limitou a este, ao contrário, a posição teleológica para este pensador é elevada à categoria cosmológica universal. [...] Hegel fez da teleologia o motor da história, o que implica que a sua existência e o seu movimento tenham um autor transcendente. Segundo Lukács, isso contribuiu fortemente para gerar posições místicas e/ou religiosas (Lopes, 2006, p. 31).

A posição especulativa de pensadores como Hegel aponta para uma via abstrata de interpretação da realidade, uma vez que, ao instituí-la como uma instância cuja dinamicidade obedece a uma teleologia, necessariamente se faz preciso a consideração da existência de um ente absoluto capaz de pôr em movimento a natureza de acordo com as finalidades que este determina. Nesse sentido, o filósofo húngaro assevera sobre o modelo filosófico especulativo que “todas as formas idealísticas ou religiosas de teleologia natural, nas quais a natureza é criação de Deus, são projeções metafísicas desse único modelo ideal” (Lukács, 2013, p. 53).

No entanto, se faz necessário levar em consideração que a concepção hegeliana de *Geist* se insere de forma extremamente relevante no âmbito da sua concepção especulativa do caminhar histórico. Nesse sentido, o suceder dos acontecimentos corresponde ao desenvolvimento do espírito na efetivação de sua autoconsciência. Ergue-se assim uma posição filosófica que, embora tenha suas particularidades expositivas e lógico-ontológicas, desemboca em uma postura idealista de compreensão do real, tal como ocorreu com outros pensadores que fizeram parte da mesma tradição filosófica do autor⁴. As marcas da concepção teleológica da realidade em Hegel ficam evidentes em sua filosofia da história, profundamente marcada pela ideia da presença da razão no caminhar histórico da natureza:

Portanto, apenas o estudo da história do mundo em si pode mostrar que ela continuou racionalmente, que ela representa a trajetória racionalmente necessária do Espírito do mundo, Espírito este cuja natureza é sempre a mesma, mas cuja natureza única se desdobra no curso do mundo. Este, como eu disse, deve ser o resultado da história (Hegel, 2001, p. 53).

Para Hegel (2001, p. 53), os fatos que ocorrem no mundo não se constituem como um mero fruto do acaso, pois são resultados de determinações racionais que expressam a imanência do

⁴ Aqui nos referimos à tradição idealista alemã, representada por filósofos como Immanuel Kant (1724 – 1804) e Johann Gottlieb Fichte (1762 – 1814). Embora cada um dos autores classificados nessa tradição tenha desenvolvido suas próprias reflexões, o fato de que todos construíram concepções da relação entre o ser e o pensar pautadas no idealismo se mostrou como um ponto em comum entre os mesmos.

Espírito ao mundo. Evidencia-se aqui que as considerações anteriormente feitas em nossa exposição acerca da causalidade natural e de seu caráter de espontaneidade independente de uma consciência se mostram em um sentido contrário aquele defendido por Hegel em seu pensamento. Para o autor, até mesmo os fenômenos naturais seguem um ordenamento de caráter racional:

O movimento do sistema solar continua segundo leis imutáveis e estas leis são a sua razão. Mas, nem o sol nem os planetas, que, segundo tais leis, giram em torno dele, têm qualquer consciência disso. Assim, não nos surpreende a ideia de que há Razão na natureza, de que a natureza é governada por leis universais e imutáveis – estamos habituados a isso e não lhe damos muita importância (Hegel, 2001, p. 54).

Nesse sentido, Hegel nega a ideia de que a realidade seguiria um curso linear, espontâneo e desprovido de finalidades. O avançar histórico se mostra como o campo de desenvolvimento do Espírito⁵, que trilha um caminho de conhecimento sobre si mesmo (Hegel, 1995, p. 54). O aspecto do pensamento hegeliano que mais deixa clara a sua interpretação teleológica do movimento do mundo é o conceito de providência. Nesse ponto, encontramos na exposição hegeliana a presença de claras menções a Deus e uma aproximação dessa noção de providência à efetivação da vontade Dele na história. Contudo, faz-se necessário esclarecermos que tais elementos são resultados do esforço empreendido pelo filósofo em escapar da forte censura imposta pelo governo prussiano em sua época. Conciliando o desenvolvimento histórico do espírito a Deus por meio da noção de providência, o autor argumenta que é através dela que este ser absoluto efetiva suas intenções para a natureza e para o ser humano, pondo fins de acordo com a sua vontade:

A verdade de que uma Providência, ou seja, uma Providência divina, preside aos acontecimentos do mundo corresponde ao nosso princípio, pois a Providência divina é a sabedoria dotada de infinito poder que realiza o seu objetivo, ou seja, o objetivo final, racional e absoluto do mundo (Hegel, 2001, p. 55).

A partir da análise das considerações hegelianas sobre a filosofia da história, é possível constatar que, ao argumentar em favor de um curso teleológico da realidade, Hegel acaba por proceder da maneira já pontuada anteriormente, a saber, admitindo que os fins postos em curso no mundo precisam necessariamente partir da consciência divina. No entanto, ao retornarmos ao pensamento lukacsiano, nos deparamos com a tese defendida pelo autor de que não é possível a existência de uma teleologia fora do trabalho e do âmbito de atividades próprias do ser social (Lukács, 2013, p. 52).

⁵Ver nesse sentido a obra *Fenomenologia do espírito*.

CAUSALIDADE, TELEOLOGIA E TRABALHO NA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

Ao tratar do trabalho ainda na primeira parte de sua ontologia, Lukács aponta que é justamente nesta categoria do ser social que reside a relação real entre causalidade e teleologia, se mostrando como um processo de caráter dialético, no qual é possível afirmar que “não há uma contraposição entre teleologia e causalidade e sim uma conexão recíproca, operante e efetiva” (Lopes, 2006, p. 31). No processo de transformação da natureza, o ser humano percebe a objetividade ao seu redor e elabora em sua consciência uma prévia ideação que orientará as suas ações em relação à satisfação de suas necessidades. Esse processo se mostra como uma atividade teleológica, uma vez que o indivíduo projeta e executa atos direcionados a fins específicos postos pela sua consciência e que devem corresponder às demandas de sua existência.

Podemos perceber que, nesse sentido, o trabalho é uma atividade essencialmente teleológica, uma vez que não se trata de uma atividade espontânea e instintiva⁶, mas sim de um conjunto de ações que subjugam a objetividade natural à vontade e aos fins determinados por seres humanos conscientes. É por meio do trabalho que a causalidade natural se converte em uma causalidade posta, estabelecida primariamente por pores teleológicos conscientes. As cadeias causais postas em movimentos pelas ações teleologicamente orientadas criam uma rede de complexos acontecimentos que se desenrolam no meio social construído pela atividade do ser humano. O conjunto desses complexos é denominada por Lukács como sendo uma “segunda natureza”, diante da qual os indivíduos se deparam com as cadeias de fatos resultantes das decisões e ações conscientes de outros indivíduos. Acerca da segunda natureza, Lopes afirma que ela

É composta por produtos das decisões alternativas dos homens, que colocam em movimento séries causais que se movem mais ou menos independentes da sua vontade. Trata-se aqui, no caso do viver social, de causalidade postas, mas que se complexificam de tal forma que ganham uma certa autonomia frente ao homem. Aqui se faz necessário uma subordinação da vontade do homem ao fim, levando em conta a causalidade, agora social, porém não de forma passiva, mas buscando meios eficazes para a consecução dos seus objetivos, das suas teleologias (Lopes, 2006, p. 32).

⁶ Marx e posteriormente Lukács realizaram reflexões acerca da discussão sobre a exclusividade do trabalho enquanto categoria humana, tendo em vista o fato de que alguns animais executam tarefas bastantes próximas daquelas realizadas pelos seres humanos. No primeiro volume de O Capital, a argumentação utilizada para sustentar a tese de que o trabalho é um elemento necessariamente humano afirma que, embora os animais mais desenvolvidos sejam capazes de executar tarefas utilizando até mesmo rústicas ferramentas, nenhum deles possui a capacidade de realizar uma prévia ideação em suas mentes do projeto que pretendem executar. Tal capacidade está presente na práxis humana de transformação da natureza, uma vez que cada indivíduo prefigura em sua mente o ato que realizará e que fins pretende alcançar.

Percebe-se por meio dessa passagem que após o ato consciente da imposição de uma finalidade à objetividade natural por meio do trabalho, novas séries de acontecimentos se realizam no meio social, tornando-se uma nova forma de causalidade, dessa vez aquela que tem como ponto de partida a teleologia executada pela atividade humana. Dessa maneira, existe uma constante relação dialética entre causalidade e teleologia na realidade, especificamente no que diz respeito ao âmbito da sociedade criada pelo ser humano. A dialeticidade desse processo reside no fato de que essas duas instâncias, embora contraditórias, se articulam entre si no mesmo conteúdo do real, mostrando como resultado uma causalidade posta mediada pela teleologia humana. A causalidade natural que se afirma em um primeiro momento é negada pela atividade teleológica do trabalho, de modo que a resolução desta contradição se expressa através do aparecimento de uma causalidade de novo tipo, produto da mediação da atividade consciente humana essencialmente teleológica. Essa relação se mostra de maneira clara no pensamento de Lukács:

Quando [...] a teleologia é reconhecida como categoria realmente operante apenas no trabalho, tem-se inevitavelmente uma coexistência concreta, real e necessária entre causalidade e teleologia. Sem dúvida, estas permanecem opostas, mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação desses opostos e que, para tornar real essa interação, age de tal modo que a causalidade, sem ver atingida a sua essência, também se torna posta (Lukács, 2013, p. 52).

Os aspectos que foram tratados acerca da dialética entre causalidade e teleologia apontam para a relevância ontológica do trabalho na realidade. É através da atividade humana de transformação da objetividade natural que se torna possível a articulação efetiva e real entre causalidade e teleologia, possibilitando o constante movimento de cadeias causais que se complexificam na vida social. A elucidação realizada por Lukács acerca da verdadeira relação entre as instâncias de movimento em questão contribui para a construção de uma base ontológica de interpretação da atividade do ser social no campo histórico e das categorias que lhe dizem respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o percurso que realizamos, é possível constatar que a relação entre causalidade e teleologia se mostrou para a filosofia como uma importante questão que foi tratada sob diferentes perspectivas ao longo de sua história. A inquietação de diversos pensadores acerca da ligação entre os acontecimentos que ocorrem na realidade os levou a elaborar reflexões que buscaram elucidar a real natureza do movimento e de suas propriedades. Percebemos que a base inicial para o

desenvolvimento de discussões sobre a problemática que abordamos foi nos dada por Aristóteles. O pensador, em sua época, defendeu a importância do conhecimento das causas para o verdadeiro e efetivo proceder da filosofia e da ciência, instituindo teorias que serviram como ferramentas de pensamento para autores posteriores que igualmente se debruçaram sobre a mesma questão.

Um dos herdeiros dessa discussão, cujo pensamento abordamos com maior rigor, é György Lukács. Dentre as inúmeras categorias e conceitos levantados por esse autor em sua densa ontologia, é no trabalho que se mostra a resolução apontada pelo filósofo da aparente antinomia entre causalidade e teleologia. Ao transformar a natureza, produzindo e reproduzindo as condições necessárias para a sua vida, o ser humano se depara com uma causalidade natural e espontânea, na qual predomina a influência dos fenômenos naturais e a converte em uma causalidade posta, tornada possível através de pores teleológicos.

Nesse sentido, a argumentação lukacsiana aponta para a tese de que a teleologia somente se apresenta de maneira real dentro do âmbito social, permeado pelas constantes ações humanas sobre a natureza e sobre os próprios indivíduos.

Em sua exposição acerca da questão, Lukács aponta para perspectivas filosóficas anteriores que buscaram fundamentar a ideia de que há uma teleologia no próprio caminhar da história do mundo. Desse modo, o autor destaca a filosofia hegeliana como um dos principais exemplos de tal forma de proceder. Na concepção de Hegel, os acontecimentos que ocorrem na natureza não refletem uma mera espontaneidade fenomênica, mas se mostram como expressões de fins postos por Deus. O curso da história seria então o campo de desenvolvimento do Espírito, que rumo em direção ao conhecimento verdadeiro de si mesmo⁷. Lukács utiliza essa postura de Hegel para demonstrar que, ao conceber a existência de uma teleologia na própria natureza, é preciso que se admita também a existência de um ser superior, cuja consciência e vontade possam de algum modo projetar determinados fins para a realidade.

A posição lukacsiana percorre uma via de procedimento bastante diferente daquela adotada por Hegel. Nosso filósofo assevera que somente é possível a existência de uma verdadeira teleologia dentro do campo da práxis do ser social. É por meio dos pores teleológicos, ou seja, através da transformação da natureza e da produção de novas objetivações que o ser humano é capaz de modificar teleologicamente a realidade. Surge nesse contexto a noção do âmbito social humano como uma “segunda natureza”, entendida como uma instância produzida e reproduzida pela constante atividade dos indivíduos, que põem em movimento através de atos conscientes novas cadeias causais, sobre as quais não se tem total controle.

⁷ Ver nesse sentido a *Fenomenologia do espírito*.

Dessa forma, causalidade e teleologia se articulam reciprocamente de maneira dialética através do trabalho, tendo em vista que o ser humano percebe as condições materiais da objetividade natural, e age sobre elas teleologicamente, impondo novas finalidades a partir de sua vontade e produzindo bens necessários para a sua subsistência. Após a exposição dos aspectos aqui explorados, se faz necessário deixar claro que a ontologia lukacsiana é uma construção intelectual extremamente densa e que aborda diversos outros níveis da vida social humana. Nesse sentido, a categoria de pôr teleológico abrange também outros elementos e complexos inerentes à sociabilidade humana, desde a produção cultural até a educação. Sendo assim, a filosofia de Lukács se mostra como um campo repleto de amplas possibilidades de exploração e discussão para posteriores pesquisadores que se proponham a investigar as suas categorias e reflexões.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Metafísica*. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2012.
- AQUINO, João Emiliano Fortaleza de. Exteriorização, alienação e formação cultural no capítulo VI da Fenomenologia do espírito. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 37, n. 1, p. 129-150, 2014.
- CARVALHO, Rodrigo Romão de. Causalidade natural e espontaneidade em Aristóteles. *Griot: Revista de Filosofia*, Amargosa, v. 20, n. 1, p. 204-216, 2020.
- COSTA, Frederico Jorge Ferreira. A natureza ontológica do pensamento de Marx. *Arma da crítica*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2009.
- DUPUY, Maurice. *A filosofia alemã*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã. In: MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985. cap. 3, p. 171-207.
- FEUERBACH, Ludwig. *Filosofia da sensibilidade. Escritos (1839-1846)*. Tradução portuguesa de Adriana Veríssimo Serrão, Braga: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2005.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Centauro, 2001.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Ciência da Lógica*. Tradução brasileira: Cristian G. Iber. Marloren L. Miranda e Federico Orsini. Petrópolis: Vozes, 2016. (v. 1).
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Enciclopédia das ciências filosóficas*. Em compêndio. Tradução brasileira: Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 1995. (v. 1, A ciência da Lógica).
- HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- LESSA, Sergio. Lukács: trabalho, objetivação, alienação. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, n. 15, p. 39-51, 1992.
- LOPES, Fátima Maria Nobre. *Lukács: estranhamento, ética e formação humana*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

Aldenir Costa da Silva Junior

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011. (v. 1, O processo de produção do capital).

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo.; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012.

NOVACK, George. *Introdução à lógica marxista*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

Recebido em: 16/03/2024.

Aprovado em: 20/07/2024.